

DINÂMICA MIGRATÓRIA NA BACIA DO RIO DOCE

Carlos Lobo^{*}

Marly Nogueira^{**}

Ricardo Alexandrino Garcia^{***}

André Simplício Carvalho^{****}

Guilherme Pinto^{*****}

RESUMO: As evidências históricas demonstram a relevância dos deslocamentos espaciais da população na formação territorial e na economia nacional. Em vários momentos no tempo essa dinâmica migratória serviu como fonte catalisadora de profundas transformações econômicas e sociais nas regiões de origem e destino, não apenas como mão de obra disponível para as atividades econômicas. Esse trabalho tem como objetivo a avaliação da magnitude e principais características da mobilidade espacial da população na Região de Influência da Bacia do Rio Doce, tendo como base os fluxos migratórios intermunicipais identificados no Censo Demográfico de 2000 e 2010. Em geral, os resultados indicam que grande parte dos municípios dessa região apresenta um quadro de perdas demográficas, com elevado predomínio dos fluxos de emigração. De modo diferenciado, dadas as especificidades regionais, essa dinâmica exerce forte influência na estruturação do espaço urbano regional, seja pela reconfiguração de centralidades, ou por redefinição na rede de influências para além da bacia.

PALAVRAS-CHAVE: População; Migração; Bacia do Rio Doce.

^{*} Doutor em Geografia. Professor Adjunto do Departamento de Geografia e dos Programas de Pós-Graduação em Geografia e em Análise e Modelagem de Sistemas Ambientais do Instituto de Geociências da UFMG.

^{**} Doutora em Geografia. Professora Associada do Departamento de Geografia do IGC/UFMG.

^{***} Doutor em Demografia. Professor Adjunto do Departamento de Geografia e dos Programas de Pós-Graduação em Geografia e em Análise e Modelagem de Sistemas Ambientais do Instituto de Geociências da UFMG.

^{****} Bolsista de Pós-Graduação CAPES. Doutorando em Geografia do IGC/UFMG.

^{*****} Bolsista de Iniciação Científica CNPq. Graduando em Geografia do IGC/UFMG.

INTRODUÇÃO

Os estudos sobre a mobilidade espacial da população passaram por significativa alteração após análise da realidade dos países de industrialização tardia (PACHECO e PATARRA, 1997). A dinâmica de acumulação de capital, a herança histórica e a estrutura social passaram a ser consideradas chaves à análise da mobilidade da população e da força de trabalho para a indústria em expansão ou como resposta às situações de estagnação frente à concentração crescente dos polos dinâmicos. Singer (1973), por exemplo, considera a migração como um reflexo direto da estrutura e dos mecanismos de desenvolvimento do sistema capitalista, cujo motor principal foi o acirramento das desigualdades regionais¹. Apesar do mérito, as formulações estruturalistas não respondem integralmente a aspectos mais dinâmicos e específicos da migração e dos deslocamentos da força de trabalho, vinculados não apenas às necessidades do sistema capitalista na atualidade.

Se o modo como são organizados os elementos do espaço pode ser visto como um resultado histórico da atuação de agentes e atores sociais, os fluxos de informação, capitais e pessoas, por exemplo, permitem e alimentam o dinamismo das formas e funções dos aspectos que compõem e caracterizam o espaço. Para Santos (1997), a necessidade de fluidez é uma das mais importantes características do mundo atual, que é particularmente relevante aos estudos regionais sobre a mobilidade da população. Os fluxos migratórios, bem como os deslocamentos pendulares, são fenômenos que se manifestam e se materializam no tempo e no espaço e não devem ser considerados apenas como resultado de dada realidade social e/ou de certa condição econômica, mas servem de causa a outros fluxos, relacionados aos investimentos, à tecnologia e à experiência profissional, os quais possuem especificidades regionais (LOBO e MATOS, 2011).

A região representada pela Bacia do Rio Doce, que engloba importantes municípios de Minas Gerais e do Espírito Santo, é um bom exemplo de uma região com intenso movimento migratório, observado desde o início o século XX. Com exceção das áreas de Ouro Preto e Mariana, e algumas cidades ao norte da Zona da Mata mineira, a efetiva ocupação da região se deu somente a partir da implantação da Estrada de Ferro Vitória a Minas, entre 1904 e

¹Singer também identifica os chamados “fatores de atração” e os “fatores de expulsão”. Os primeiros referem-se à necessidade de mão de obra decorrente do crescimento da produção industrial e da expansão do setor de serviços urbanos, que funcionam como forças de concentração espacial. Nesse aspecto, o desenvolvimento desigual do sistema capitalista faz com que a população se distribua seguindo a mesma lógica de intensificação dos espaços econômicos, formando grandes reservatórios de mão de obra.

1936, fazendo com que núcleos populacionais inexpressivos se tornassem centros regionais em apenas meio século, como nos casos de Governador Valadares e Colatina.

O vertiginoso crescimento demográfico, derivado da expansão de atividades comerciais, industriais e na exploração dos recursos naturais, rapidamente deu lugar a um fluxo de saída de migrantes na década de 1970. Esse fato coincide com o momento em que a exploração dos recursos florestais entra em completa decadência, dando lugar a atividades mais poupadoras de mão de obra, tal qual a pecuária (CARVALHO e MATOS, 2016). Assim, a bacia se torna uma região de expulsão populacional, tornando Governador Valadares, por exemplo, um reconhecido polo de exportação de mão de obra para os EUA. Assim, a despeito de ter decorrido muitos anos desde o momento inicial da expulsão da população, pouco se conhece sobre o atual quadro da mobilidade da população nessa região.

Compreender a dinâmica migratória regional envolve a investigação de relações entre as diversas formas de estabelecimentos humanos que privilegia as combinações e diferenciações que se manifestam no espaço. É exatamente essa espacialidade que confere especificidade a esta pesquisa. Propõe-se aqui analisar o quadro atual de mobilidade populacional, tendo como base os fluxos migratórios intermunicipais extraídos dos microdados amostrais do Censo Demográfico de 2000 e 2010 e como recorte analítico as regiões de influência das cidades (IBGE, 2007) integrantes da Bacia do Rio Doce. O recorte regional estabelecido pela Regic permitiu avaliar os fluxos migratórios visibilizados em uma análise de rede, avaliando as perdas e ganhos com base em regiões de influência de um centro regional, em diversos níveis hierárquicos. Nesta pesquisa os migrantes foram definidos com base na denominada migração de Data Fixa, relativa aos migrantes que declararam diferentes municípios de residência na data de referência de cada censo (cinco anos antes), nesse caso, compreendendo os quinquênios 1995/2000 e 2005/2010.

AS MIGRAÇÕES E AS REGIÕES DE INFLUÊNCIA NA BACIA DO RIO DOCE: ASPECTOS CONCEITUAIS E OS RECORTES ESPACIAIS DE ANÁLISE

O Censo Demográfico brasileiro realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), desde a década de 1940, constitui a principal fonte de informações sobre a população brasileira, notadamente aquelas que se referem aos fluxos migratórios. Embora seja um fenômeno reconhecido no domínio público, sua definição é cercada de controvérsias e ambiguidades. De modo simplificado, a migração envolve o deslocamento espacial da população, tendo como base intervalos ou pontos no tempo previamente estabelecidos. Outro

aspecto conceitual central diz respeito a intenção de mudança deliberada do local de residência, que diferencia a migração de outros deslocamentos espacial, como os movimentos pendulares e sazonais. A definição apresentada pela Organização das Nações Unidas em *The Determinants*, em 1973, já alertava para essa condição ao excluir os movimentos cujos indivíduos não permanecem no local de destino, considerando apenas as mudanças de residências entre unidades espaciais pré-definidas.

Rigotti (1998) lembra que a variável migração nos censos demográficos brasileiro nem sempre teve a abrangência e potencialidade analítica da atual versão. Assim, nos Censos Demográficos de 1960 e 1970, por exemplo, a migração era aplicada somente aos não-naturais do município. Em 1980, perguntava-se sobre as migrações intramunicipais e em 1991 investigou-se também sobre o município, unidade da federação e residência há cinco anos. Emigrantes e imigrantes passam, portanto, a ter uma data-fixa definida. Certamente, uma evolução importante diante da importância da migração como processo social e econômico que caracteriza o território brasileiro. Os fluxos migratórios também são centrais a análise da estruturação da rede urbana brasileira, que ganham força e notoriedade principalmente após a década de 1970, cuja hierarquia e áreas de influência tomaram forma semelhante a atual².

Foram várias as alterações sofridas nas questões nas edições sucessivas do Censo Demográfico do Brasil, no que concerne às informações sobre os fluxos migratórios. Segundo Carvalho e Rigotti (1998), nos Censos de 1960 e 1970, as questões sobre migração eram direcionadas apenas àqueles que não haviam nascido no município de residência na data de referência do Censo (os não-naturais). Os quesitos envolviam o tempo de residência sem interrupção na Unidade da Federação (UF) e no município, lugar de procedência (UF ou país estrangeiro) e situação de domicílio (rural ou urbano). Por outro lado, no Censo de 1980, além da migração intermunicipal, também foi pesquisada a intramunicipal, muito embora sem haver questão sobre o tempo em que se deu o evento. Outra novidade refere-se à indicação do município de residência anterior por parte daqueles com menos de 10 anos de residência no município atual, o que permitiu, entre outros aspectos, a identificação do movimento de retorno. No censo de 1991, além da manutenção dos quesitos anteriores, houve questão sobre o município, a UF e a condição de residência de cinco anos atrás (isto é, em 01/09/86). Essa inovação passou a ser consagrada como migração de data fixa. A combinação dessa variável

² Para Lee (1980) não há imitações em relação à distância do deslocamento ou à natureza, voluntária ou não, do ato de migrar. Por outro lado, na definição da ONU, são excluídos os movimentos cujos indivíduos não se estabelecem permanentemente no local de destino, bem como aqueles que envolvem os movimentos sazonais, os temporários e as populações nômades.

com a migração de última etapa (município de residência anterior) permitiu a identificação de mais um ponto no tempo na trajetória migratória circunscrita à década censitária. Complementarmente, o quesito sobre a indicação do município de trabalho e estudo, diferente daquele de residência, foi excluído do questionário da amostra. Na edição do Censo de 2000 a retirada da variável referente ao município de residência anterior foi a mais significativa alteração; além disso, a retomada da variável referente aos chamados movimentos pendulares também foi outra conquista marcante trazida pelo Censo de 2000. Finalmente, em 2010, uma importante novidade no Censo Demográfico foi a reinserção da variável de migração de última etapa, mantendo o quesito referente a migração de data fixa. Acrescente-se a valiosa inovação, em que foi discriminado o motivo do deslocamento diário pendular, ou seja, para estudo ou para o trabalho.

Afora os aspectos conceituais, a análise da migração enquanto fenômeno demográfico, dá visibilidade a processos sócio espaciais mais amplos, não se limitando a ser um simples indicador de concentração ou dispersão das atividades econômicas. Na verdade, o perfil de desenvolvimento rural e urbano, as formas institucionais e sociais de difusão de informações e inovações, a inserção tardia ou avançada na transição demográfica e os graus de desigualdade regional quando discutem sobre o fim do padrão concentrador das atividades econômicas no Brasil. Para Matos (2003), por exemplo, deve-se dar visibilidade às alterações recentes no padrão migratório brasileiro, o qual vem se caracterizando pela secundarização dos fluxos oriundos do campo em direção às cidades e pela complexificação da rede urbana, sinais evidentes do aumento de certas externalidades positivas na periferia e dos novos fluxos migratórios que já se dirigem às cidades médias. Considerando que a organização dos elementos do espaço deve ser encarada como o resultado histórico da atuação dos atores sociais, os fluxos de informação, capitais e pessoas, por exemplo, permitem e alimentam o dinamismo das formas e funções dos elementos que compõem e caracterizam o espaço. De acordo com Santos (1997), a fluidez é uma das mais importantes características do mundo atual que é, ao mesmo tempo, causa, condição e resultado de sua própria necessidade. Torna-se claro, portanto, que a fluidez é expressivamente relevante aos estudos sobre as migrações internas, pois estas são, por essência, fluxos que se manifestam e se materializam no espaço. Permitem, inclusive identificar e caracterizar a dinâmica migratória regional, disposta e organizadas em estruturas de redes.

Os níveis de hierarquia urbana e a delimitação das regiões de influência das cidades brasileiras constam de estudos anteriores que foram realizados pelo IBGE, que tiveram como base questionários que permitiram a investigação da intensidade dos fluxos de consumidores

em busca de bens e serviços nos anos de 1966, 1978 e 1993. A atual proposta de regionalização, publicada em 2007, retoma a concepção utilizada nos primeiros estudos realizados pelo IBGE, que resultaram na Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas, de 1972. Na Regic (2007) foi privilegiado o conceito de gestão do território, como definido por Corrêa (1995), para o qual, foi definido como

(...) aquela cidade onde se localizam, de um lado, os diversos órgãos do Estado e, de outro, as sedes de empresas cujas decisões afetam direta ou indiretamente um dado espaço que passa a ficar sob o controle da cidade através das empresas nela sediadas. (CORRÊA, 1995, p.83).

A classificação de hierarquia na rede de cidades, simplificada, privilegiou dois níveis de centralidade: a da Gestão Federal, mensurada a partir da existência de órgãos do Poder Executivo e do Judiciário Federal e a da Gestão Empresarial, que se refere à presença de diferentes equipamentos e serviços (comércio e serviços, instituições financeiras, ensino superior, saúde, internet, redes de televisão aberta e conexões aéreas)³. O conjunto final das Regiões de Influência no território nacional compreende um total de 711 centros de gestão, classificados em seis níveis de hierarquia, conforme sua posição nos respectivos âmbitos da gestão federal e empresarial. O estabelecimento das áreas de influência das cidades e a articulação das redes de cidades foram realizados de acordo com a intensidade das interações entre as cidades, com base em dados secundários e informações obtidas por questionário específico da pesquisa. Identificaram-se 12 redes de primeiro nível. As cidades foram classificadas em cinco grandes níveis de hierarquia, tais como abaixo descritos:

1. METRÓPOLES – são os 12 principais centros urbanos do País, que se caracterizam por seu grande porte e por fortes relacionamentos entre si, além de, em geral, possuírem extensa área de influência direta. O conjunto foi dividido em três níveis, segundo a extensão territorial e a intensidade destas relações: 1.a - Grande metrópole nacional – São Paulo, o maior conjunto urbano do país, com 19,5 milhões de habitantes, em 2007, e inserido no primeiro nível da gestão territorial; 1.b - Metrópole nacional – Rio de Janeiro e Brasília, com população de 11,8 milhões e 3,2 milhões em 2007, respectivamente, também estão no primeiro nível da gestão territorial. Juntamente com São Paulo, constituem foco para centros localizados em todo o País; e 1.c - Metrópole – Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia e Porto Alegre, com população variando de 1,6 (Manaus) a 5,1 milhões (Belo Horizonte), constituem o segundo nível da gestão territorial. Note-se que Manaus e Goiânia, embora estejam no

³Complementarmente, na investigação da articulação dos centros de gestão, além dos eixos de gestão pública e de gestão empresarial, também, foram considerados os serviços de saúde.

terceiro nível da gestão territorial, têm porte e projeção nacional que lhes garantem a inclusão neste conjunto.

2. CAPITAL REGIONAL – integram este nível 70 centros que, como as metrópoles, também se relacionam com o estrato superior da rede urbana. Com capacidade de gestão no nível imediatamente inferior ao das metrópoles, têm área de influência de âmbito regional, sendo consideradas como destino, para um conjunto de atividades, por grande número de municípios.

3. CENTRO SUB-REGIONAL – integram este nível 169 centros com atividades de gestão menos complexas, predominantemente entre os níveis 4 e 5 da gestão territorial; têm área de atuação mais reduzida, e seus relacionamentos com centros externos à sua própria rede dão-se, em geral, apenas com as três metrópoles nacionais.

4. CENTRO DE ZONA – nível formado por 556 cidades de menor porte e com atuação restrita à sua área imediata; exercem funções de gestão elementares.

5. CENTRO LOCAL – as demais 4.473 cidades cuja centralidade e atuação não extrapolam os limites do seu município, servindo apenas aos seus habitantes, têm população predominantemente inferior a 10 mil habitantes (mediana de 8.133 habitantes).

A Regic da Bacia do Rio Doce envolve um total de 209 municípios, conforme divisão político-administrativa em 2010, incluídos total ou parcialmente, nos limites físicos da bacia. Essa região compreende duas Capitais Regionais C (Governador Valadares e o conjunto urbano CIT - Coronel Fabriciano, Ipatinga e Timóteo), seis Centros Sub-regionais A e B (respectivamente A: Ponte Nova, Manhuaçu e Colatina e B: Caratinga, Viçosa e Linhares), além de dezessete Centros de Zona A e B e, finalmente, cento e oitenta centros locais. Nesse trabalho, para estabelecer os recortes espaciais de análise, tomando como referência as centralidades hierarquicamente classificadas como “Capital Regional C” e “Centro Sub-regional A”, foram consideradas as ligações de dependência estabelecidas na Regic 2007, obedecendo ao critério de contiguidade espacial⁴. Esse procedimento permitiu definir seis Regiões de Influência (RIs) na bacia do rio Doce, que foram: Belo Horizonte, Colatina, Governador Valadares, CIT (Coronel Fabriciano, Ipatinga e Timóteo) e Manhuaçu (Figura 1). De acordo com os dados do Censo de 2010 (IBGE), a população total somou 2.329.293 habitantes (Tabela 1). Na região da grande bacia, destaca-se a REGIC de Belo Horizonte, cuja porção oriental é a mais densa e populosa, perfazendo 36,43% do total regional, além de conter o maior número de municípios (67 ou 32,06% do total). Em menor proporção, têm-se as Regics de Colatina e do CIT, embora a proporção de municípios da Regic de Colatina seja a menor de toda a grande bacia.

⁴Como decorrência desse critério de contiguidade, os municípios x, y e z, que estariam pela classificação da REGIC 2007 nas regiões W, Q T, foram considerados nas regiões 7,9, e 8, respectivamente.

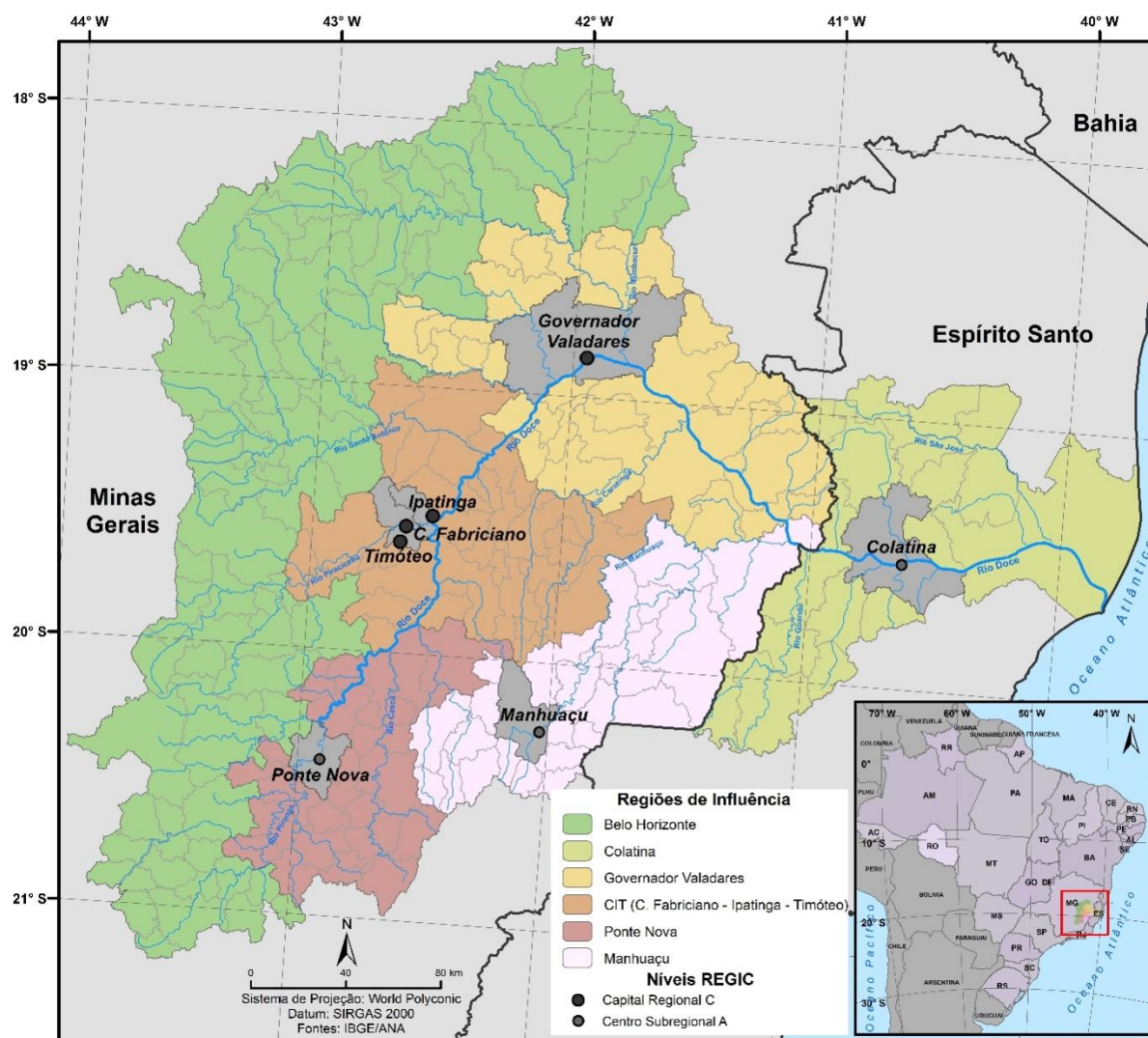


Figura 1: A Região de Influência da Bacia do Rio Doce

Fonte: Extraído e adaptado de IBGE (2008).

A Regic 2007, bem como possíveis aplicações e adaptações metodológicas, como proposto nesse trabalho, fornece recortes espaciais úteis para analisar a atual organização urbano-regional no Brasil. Embora, possa suscitar questionamentos metodológicos e conceituais mais amplos, que podem indicar limitações na interpretação dos resultados, a Regic oferece um quadro aproximado das relações de interdependência que se estabelecem no espaço, onde os movimentos espaciais da força de trabalho assumem um papel relevante, especialmente em momentos de redistribuição espacial da população⁵. Tomando o município como unidade

⁵Embora o processo de urbanização seja recente no Brasil, os dados referentes aos dois últimos Censos Demográficos permitiram que alguns autores indicassem sinais de dispersão espacial da população, a despeito de as principais metrópoles, mesmo com crescimento muito baixo, ainda manterem forte expressão demográfica regional/nacional e continuar atraindo milhares de migrantes de regiões deprimidas (MARTINE, 1994; DINIZ, 1993; MATOS, 1995; LOBO, 2009; LOBO e MATOS, 2011). Dados sobre mobilidade pendular da população no interior da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) também confirmam essa tendência. Vários

espacial mínima de análise, de acordo com a divisão político-administrativa em cada período, incluindo subsequentes agrupamentos espaciais (agregações regionais), permitem identificar e mapear os principais fluxos de entrada e saída de migrantes nos diferentes níveis hierárquicos: envolvendo as trocas entre as Metrópoles e Capitais regionais, bem como os Centros Locais (demais municípios).

Tabela 1: População residente e número de municípios da Região de Influência da Bacia do Rio Doce, 2010

Regiões de Influência (REGICs)	População		Municípios	
	Nº	%	Nº	%
Belo Horizonte	848.676	36,43	67	32,06
Colatina	353.696	15,18	18	8,61
Governador Valadares	223.941	9,61	33	15,79
CIT	355.656	15,27	37	17,70
Manhuaçu	270.683	11,62	25	11,96
Ponte Nova	276.641	11,88	29	13,88
Total	2.329.293	100,00	209	100,00

Nota: A CIT é composta pelos municípios Coronel Fabriciano, Ipatinga e Timóteo.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

OS FLUXOS MIGRATÓRIOS NA REGIC DA BACIA DO RIO DOCE: ALGUMAS EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS NAS ÚLTIMAS DÉCADAS

A análise dos fluxos de imigrantes e emigrantes com destino e origem nos municípios da Regic da Bacia do rio Doce, nos quinquênios 1995/2000 e 2005/2010, com base nos dados extraídos dos censos demográficos de 2000 e 2010 representados nas Figuras 2, 3 e 4, pode-se caracterizar a região como área em que as perdas de população são muito expressivas, o que leva ao predomínio para boa parte dos municípios de saldos migratórios negativos. No quinquênio 1995/2000 o saldo migratório do total de municípios da região foi de -65.158 (235.493 imigrantes e 300.651 emigrantes). No quinquênio 2005/2010 ocorreu uma redução no saldo migratório negativo, passando para -45.864. Ainda que o volume de imigrantes tivesse permanecido elevado (218.497 pessoas migrantes), observou-se a redução no total de emigrantes para 264.361. A atração exercida pela região industrial comandada pela metrópole

trabalhos já mostraram que desde a década de 1970, muitos municípios da periferia metropolitana experimentaram elevados incrementos populacionais, resultado, em boa medida, do grande volume de emigrantes procedentes do núcleo metropolitano (LOBO et al. 2015).

belo-horizontina, certamente, parece explicar a manutenção do poder de atração de determinados centros regionais. Destacam-se nesse conjunto os municípios de João Monlevade, Itabira, Ouro Preto e Mariana.

Para além da grandeza da Região Metropolitana, notabiliza-se a de Colatina que, além de possuir o segundo maior contingente de imigrantes de toda a Regic do Rio Doce, nos dois censos, registrou o significativo crescimento de 20,5% entre 2000 e 2010. Na ordem, o conjunto urbano Vale do Aço (Coronel Fabriciano, Ipatinga e Timóteo) ocupa o terceiro lugar na atração de imigrantes, ao passo que um pouco mais distante comparecem as Regic de Manhuaçu e Ponte Nova. Na outra ponta, aparece a Regic de Governador Valadares, que apresenta o menor poder de atratividade da Regic da bacia do Doce, muito embora a capacidade da capital regional Governador Valadares se sobressaia ao apresentar um número de imigrantes maior que a sua própria Regic, nos dois censos em tela. Esta característica é ausente nas outras quatro Regics da bacia. De fato, a despeito de qualquer perda de centralidade urbana nas últimas décadas, a capacidade de atração de imigrantes da capital regional valadarense não deve e não pode ser negligenciada.

Numa comparação do quadro acima analisado, da imigração da Regic da grande bacia do rio Doce com o da emigração, pode-se afirmar que os dados revelam o papel crucial exercido pelos núcleos urbanos de maior centralidade e, portanto, de maiores níveis hierárquicos nos fluxos demográficos regionais. Em 2000, Governador Valadares, Colatina, Linhares e Ipatinga notabilizam-se por registrarem os maiores quantitativos de emigrantes de toda a bacia. Em seguida, com importante quantitativo de emigrantes, revelam-se Itabira, João Monlevade e Ouro Preto (Regic Belo Horizonte), Ponte Nova, Viçosa, Coronel Fabriciano e Caratinga. Em 2010, com algumas modificações, o quadro permanece. Governadores Valadares e Ipatinga lideram no tocante ao quantitativo de emigrantes. Com volume inferior, mas não menos importante, destacam-se Linhares, Colatina, Itabira e João Monlevade, além de Ouro Preto (Figura 3). Finalmente, resta o destaque do centro sub-regional B de Manhuaçu (Regic homônima), que figura com destaque em 2010, porquanto passou a integrar o segundo maior intervalo de classe do total de emigrantes.

Como já mencionado, as Regics da bacia do Rio Doce se destacam, na atualidade, pelas perdas populacionais. Nos dois censos analisados, a maioria dos saldos migratórios é negativa, como pode ser observado na Figura 4. Dos 209 municípios 135 (que representam 65%) tiveram mais perdas que ganhos de população no quinquênio 1995/2000. Destaque para os centros urbanos de maior centralidade urbana (níveis hierárquicos mais elevados). Os saldos positivos foram registrados em 73 municípios, com destaque para Viçosa, Brejetuba

(Espírito Santo), Santana do Paraíso, Timóteo, Piedade do Caratinga e São Sebastião do Anta, os únicos de todas as es do Doce, com saldos positivos acima dos 1.000 habitantes (Figura 4). Em 2010, este quadro de perdas se mantém, ainda que tivesse ocorrido a diminuição da quantidade de municípios com saldo migratório negativo maior que 1.000 migrantes. O número de municípios com saldo negativo no quinquênio 2005/2010 chega a 142 (proporção de quase 68%). Chama a atenção a permanência dos principais centros urbanos na classe de maior perda demográfica, (maiores saldos migratórios negativos). Com efeito, as Regics da grande bacia que mais se destacaram no aumento do quantitativo de saldo negativo foram as de Manhuaçu e de Ponte Nova. A estas adicionam-se o subcentro regional de Manhuaçu, além de Ipatinga, Coronel Fabriciano e o conjunto urbano do CIT. Ainda que permaneçam apresentando saldos negativos de 2000 para 2010, houve diminuição do quantitativo total destes saldos nas Regics de Belo Horizonte (na verdade, porção leste da Regic metropolitana), de Governador Valadares e do CIT. O mesmo deve ser observado quanto aos centros urbanos de Colatina, Governador Valadares e Ponte Nova. O município de Timóteo, um dos três integrantes do conjunto urbano do CIT, registra uma evolução singular na Regic da bacia, pois de um saldo positivo em 2000 passou para um saldo negativo em 2010. Viçosa aparece em uma condição ainda mais assimétrica. Quadro oposto, mas igualmente singular, ocorreu com a Regic de Colatina que de um expressivo saldo negativo em 2000, também apresenta um significativo saldo positivo em 2010. Importa ressaltar a transformação ocorrida em alguns dos municípios que registram saldo negativo em 2010, muito embora, em 2000, tivessem saldos positivos. São os casos de Ipatinga, Manhuaçu e Viçosa, entre outros de centralidade bem menor. Destacam-se, ainda, os casos de Linhares, São Gabriel da Palha e Barão de Cocais, que ampliaram os saldos positivos em 2010.

Ao discriminar os migrantes conforme procedência e destino a municípios localizados fora da Regic da bacia do rio Doce, algumas diferenças regionais são expostas. A análise da Tabela 2, que apresenta as origens e destinos dos fluxos externos, discriminados por Unidades da Federação (UFs) e Grandes Regiões do Brasil, confirma o predomínio das perdas migratórias, ainda que os volumes gerais tenham reduzido quando comparados os dois quinquênios. Chama a atenção a queda no número de emigrantes da Regic de Belo Horizonte (de 52.150 para 44.470), como também nas Regics de Governador Valadares (de 32.145 para 20.926) e Colatina (de 32.554 para 26.047).

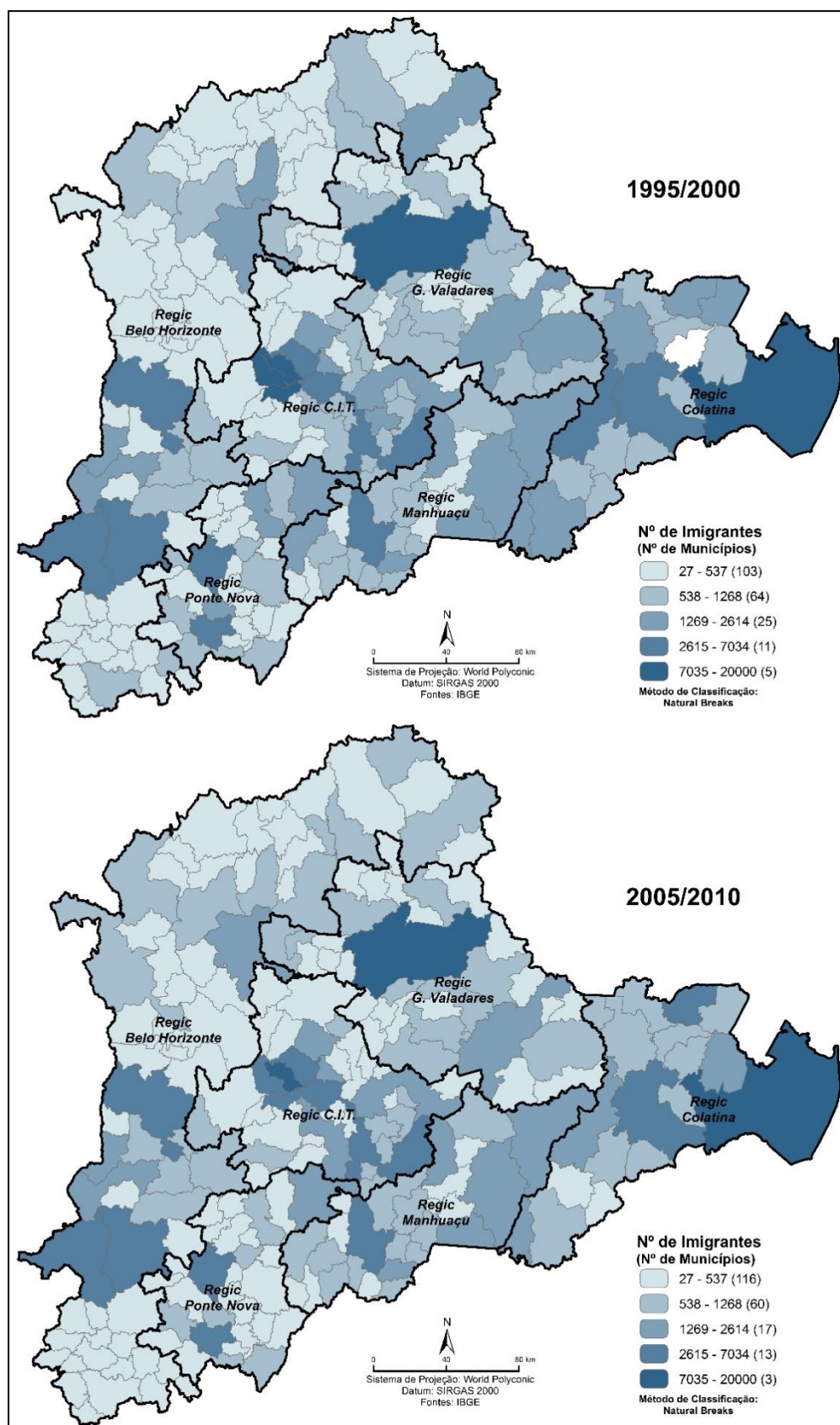


Figura 2: Número total de imigrantes por município na Região de Influência da Bacia do Rio Doce, migração de data fixa

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010 (dados da amostra)

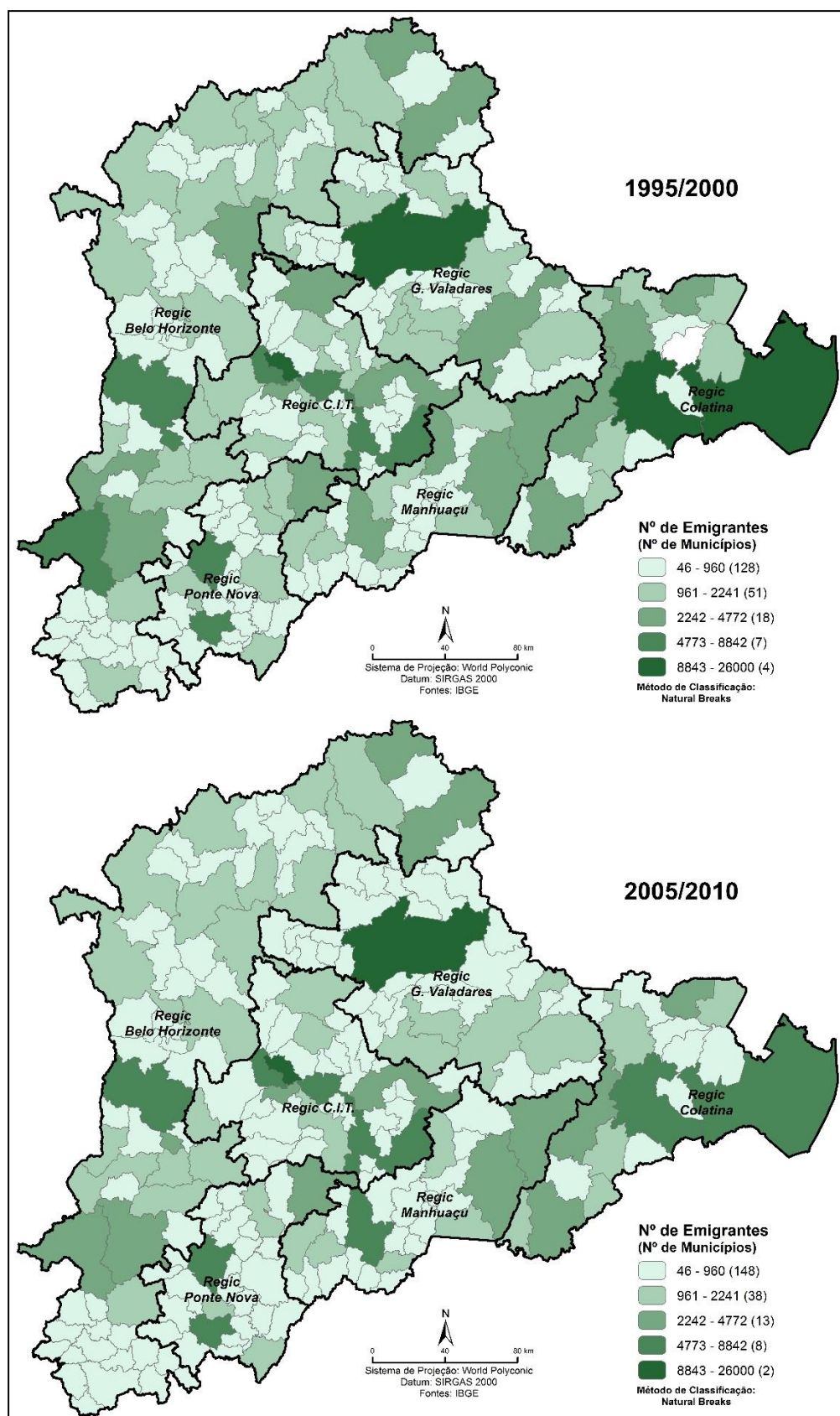


Figura 3: Número total de emigrantes por município na Região de Influência da Bacia do Rio Doce

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010 (dados da amostra)

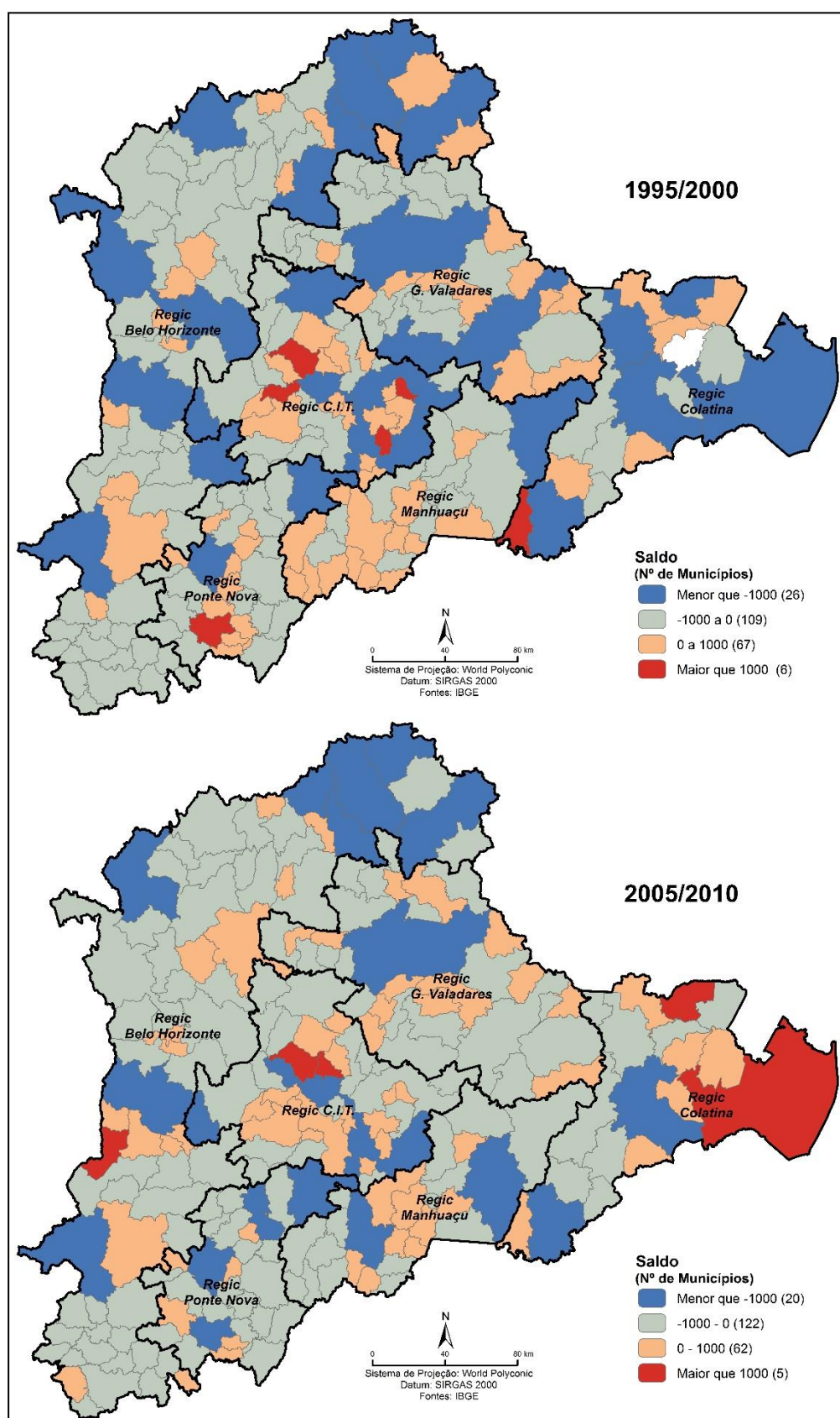


Figura 4: Saldo migratório por município na Região de Influência da Bacia do Rio Doce

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010 (dados da amostra)

Tabela 2: Fluxos externos de imigração e emigração para e das Regics da bacia do Rio Doce, Migração de data fixa 1995/2000 e 2005/2010

Regiões de Influência	1995/2000			2005/2010		
	Imigrantes	Emigrantes	Saldo	Imigrantes	Emigrantes	Saldo
Belo Horizonte	24.561	52.150	-27.589	23.826	44.470	-20.644
Colatina	22.141	32.554	-10.414	26.655	26.047	609
Governador Valadares	18.281	32.145	-13.864	13.715	20.926	-7.211
CIT	11.720	15.269	-3.549	9.094	10.906	-1.812
Manhuaçu	10.502	12.226	-1.724	8.850	11.353	-2.503
Ponte Nova	13.085	18.914	-5.829	9.822	18.277	-8.455

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010 (dados da amostra)

Nas origens e destinos regionais desses fluxos migratórios, conforme representado na Figura 5, a prevalência da influência de Belo Horizonte é notória. Em todas as Regics, exceto para o caso de Colatina, tanto os fluxos de imigrantes, como de emigrantes, são em sua maioria procedentes ou encaminharam-se para a capital de Minas Gerais. Há, contudo, algumas especificidades que podem ser observadas, como quando comparadas as diferenças entre a proporção de imigrantes e emigrantes. Na Regic de Colatina, por exemplo, o maior percentual de imigrantes com origem no Espírito Santo, contrasta com a elevada proporção de emigrantes com destino ao estado de São Paulo (o que acontece sobretudo no quinquênio 1995/2000). Nessa mesma Regic chama atenção ainda, a alta participação da emigração para o Nordeste brasileiro. Em Ponte Nova, há um quadro similar, em que há alta proporção daqueles que migraram vindos de Minas Gerais e foram para São Paulo.

A análise da migração intrarregional é também relevante no que concerne à redistribuição da população, embora os números sejam menos expressivos. Afora os fluxos entre os municípios em cada Regic, nota-se novamente o poder de atração dos principais centros regionais, tais como aqueles que compõem o CIT (Coronel Fabriciano, Ipatinga e Timóteo) e Governador Valadares. Os volumes mais expressivos são aqueles com destino aos municípios de CIT, notadamente aqueles procedentes da Regic de Governador Valadares e Belo Horizonte.

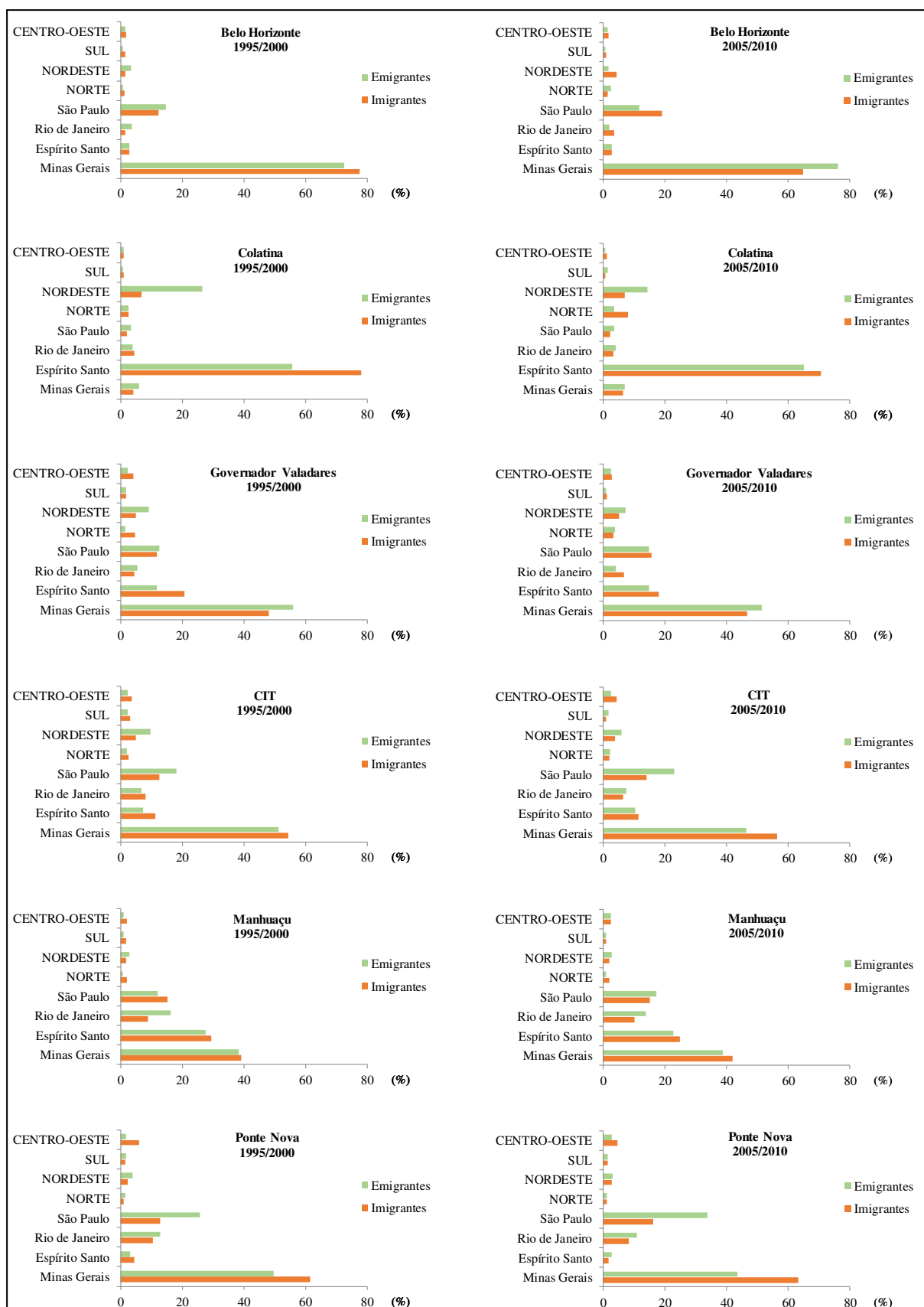


Figura 5: Emigrantes e Imigrantes, de procedência externa, residentes nos municípios das Regiões da bacia do Rio Doce, 2000 e 2010

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010 (dados da amostra)

Tabela 3: Fluxos internos de migração intermunicipal nas Regiões da bacia do Rio Doce (matriz origem/destino regional) – Migração de data fixa, 1995/2000 e 2005/2010

ORIGEM/DESTINO		Belo Horizonte	Colatina	Governador Valadares	CIT	Manhuaçu	Ponte Nova
1995/2000	Belo Horizonte	15.260	342	2.614	3.385	175	1.313
	Colatina	112	10.320	492	270	902	24
	Governador Valadares	1.085	578	10.334	5.828	713	162
	CIT	2.683	72	2.877	29.435	1.886	864
	Manhuaçu	80	1.212	655	2.561	8.713	763
	Ponte Nova	1.684	0	224	976	1.343	8.613
2005/2010	Belo Horizonte	13.587	498	1.909	3.322	160	1.376
	Colatina	93	9.374	539	262	724	84
	Governador Valadares	1.336	967	9.520	5.081	696	172
	CIT	2.682	271	2.359	29.357	1.780	858
	Manhuaçu	525	976	615	2.242	9.975	939
	Ponte Nova	2.346	62	122	1.282	659	7.664

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010 (dados da amostra)

Nota: A diagonal destacada corresponde aos volumes referentes aos fluxos entre os municípios da mesma Região.

Num esforço de interpretação sintética da dinâmica migratória regional pode-se recorrer a Singer (1973) que, mesmo guardando as ressalvas, dada a ação de fatores não estruturais, teorizou sobre as causas dos fatores de expulsão de população. É possível distinguir na bacia do Rio Doce a prevalência desses fatores nas duas últimas décadas. Região de influência direta do Rio de Janeiro durante muito tempo, desde o século XIX, a grande bacia recebeu muitos impulsos da antiga capital federal, adicionados aos impulsos gerados pelo Estado de Minas Gerais, ao instalar, por exemplo, o enclave industrial do Vale do Aço, além da antiga CVRD. Com isso, a região floresceu, constituindo uma rede urbana mais densa e complexa. Na atualidade, porém, é forçoso reconhecer que os fatores de estagnação são mais importantes. Assim, estaria havendo na grande bacia processos associados à pressão demográfica sobre a disponibilidade de terras, que possam justificar a perda demográfica acima descrita? Enfim, a região estaria, então, se transformando em área de estagnação, ao apresentar deterioração da qualidade de vida de seus habitantes? A grande bacia funciona, às vezes, como "viveiros de mão de obra" para os latifundiários e as grandes empresas agrícolas? Estas perguntas não são de fácil resposta. Envolvem, inclusive, outras variáveis relativas a processos mais complexos, de natureza histórica, social e política, por exemplo. Os resultados aqui apresentados, ainda que circunscritos a uma escala temporal limitada, apresentam um quadro que reforça a necessidade de outros novos estudos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As últimas três décadas do século passado são centrais na análise da dinâmica demográfica brasileira. Se a progressiva queda nas taxas de fecundidade foi responsável direta pela forte desaceleração no ritmo de crescimento demográfico do país, as migrações internas foram fundamentais no processo de redistribuição espacial da população. Mesmo que as metrópoles e suas Regiões de Influência continuem atraindo expressivos contingentes, a intensificação nos fluxos de migrantes tem refletido diretamente no crescimento demográfico de vários núcleos urbanos fora das principais regiões metropolitanas brasileiras, tornando mais densa a rede de cidades em cada uma de suas Regiões de Influência. Tendo como base empírica a REGIC da Bacia do Rio Doce, este trabalho apresenta um esforço de análise da migração regional, com ênfase nos fluxos que envolvem os principais centros regionais e subregionais que integram sua Região de Influência.

Em geral, os resultados demonstram que a bacia do Rio Doce é, de modo geral, uma região de perda demográfica, resultado de um processo histórico e de conjunturas econômicas contemporâneas. Nos dois censos analisados, a maioria dos saldos migratórios é negativa. Destaque para os centros urbanos de maior centralidade urbana (níveis hierárquicos mais elevados). No quinquênio 1995/2000 o saldo migratório do total de municípios da região foi de -65.158 (235.493 imigrantes e 300.651 emigrantes). No quinquênio 2005/2010 ocorreu uma redução no saldo migratório negativo, passando para -45.864. Ainda que o volume de imigrantes tivesse permanecido elevado (218.497 pessoas migrantes), observou-se a redução no total de emigrantes para 264.361. A atração exercida pela região industrial comandada pela metrópole belo-horizontina, certamente, parece explicar a manutenção do poder de atração de determinados centros regionais. Destacam-se nesse conjunto os municípios de João Monlevade, Itabira, Ouro Preto e Mariana. As perdas demográficas e econômicas tem causado uma perda de centralidade urbana de importantes cidades médias na Regic do Rio Doce, o que pode ser um agravante para a recuperação da importância regional da grande bacia, que já foi das mais dinâmicas de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Finalmente, importa salientar as possibilidades oferecidas aos estudos sobre a mobilidade espacial da população, tal como pelo recorte regional esboçado pela Regic 2007. Ao fornecer um quadro atual da organização urbano-regional do Brasil, a Regic também permite avaliar os fluxos em uma perspectiva de rede. Isso pode ser especialmente útil, por exemplo, na análise regional da dinâmica demográfica brasileira, como exposto no exemplo desse trabalho, no qual analisaram-se aspectos da migração na região de influência da bacia

do Rio Doce, que, a despeito da estagnação difusa em tantos municípios, ainda assim constitui um espaço econômico estratégico nos estudos sobre a dinâmica demográfica de Minas Gerais.

AGRADECIMENTOS: Ao CNPq e FAPEMIG ao financiamento de projetos de pesquisa. Em especial a FAPEMIG pelo apoio financeiro destinado pelo Programa Pesquisador Mineiro (PPM).

REFERÊNCIAS

CARVALHO, José; RIGOTTI, José. **Os dados censitários brasileiros sobre migrações internas:** algumas sugestões para análise. In: XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP.

DINIZ, C. C. Desenvolvimento poligonal no Brasil; nem desconcentração, nem contínuapolarização. **Nova Economia – Revista de Ciências Econômicas da UFMG**, Belo Horizonte, v. 31, n. 11, p. 35-64, set. 1993.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Região de Influência das Cidades 2007 (Regic 2007).** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtm?c=6> Acesso em: 23. Abr. 2014.

LOBO, Carlos et al. Expanded commuting in the metropolitan region of Belo Horizonte: evidence for reverse commuting. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, 2015, vol.32, no.2, p.219-233.

LOBO, Carlos e MATOS, Ralfo. Migrações e a dispersão espacial da população nas regiões de Influência das principais metrópoles Brasileiras. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, 2011, vol.28, n.1, pp. 81-101.

LOBO, C. **Dispersão espacial da população nas Regiões de Influência das principais metrópoles brasileiras.** Tese (Doutorado em Geografia), Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

MARTINE, G. **A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80.** Brasília: Ipea, 1994.

MATOS, Ralfo. Questões teóricas acerca dos processos de concentração e desconcentração da população no espaço. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, p. 35-58, 1995.

PACHECO, C. A.; PATARRA, N. Movimentos migratórios anos 80: novos padrões? In: PATARRA, N. (Org.). Migração, condições de vida e dinâmica urbana. Campinas: Unicamp, 1997, p. 25-72.

RAVENSTEIN, E. G. **Leis da migração**. In: MOURA, H. (Coord.). Migração interna: textos selecionados. Fortaleza: BNB, ETENE, 1980. p. 22-88.

RIGOTTI, José Irineu. **Fluxos Migratórios e Distribuição Espacial da População na Região Metropolitana de Belo Horizonte na década de 70**. 1994. 119f. Dissertação de Mestrado em Demografia - Universidade Federal de Minas Gerais - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Belo Horizonte.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SINGER, P. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Hucitec, 1973.